

No. 55995*

**Peru
and
Portugal**

Agreement between the Republic of Peru and the Portuguese Republic for the protection, conservation, recovery and return of stolen and illegally exported or transferred cultural, paleontological, archaeological, artistic and historical property. Lisbon, 19 December 2012

Entry into force: *16 August 2017, in accordance with article 13*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Peru, 8 November 2019*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Pérou
et
Portugal**

Accord entre la République du Pérou et la République portugaise pour la protection, la conservation, la restitution et le retour des biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques ayant fait l'objet de vol et de l'exportation ou transfert illicites. Lisbonne, 19 décembre 2012

Entrée en vigueur : *16 août 2017, conformément à l'article 13*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : *Pérou,
8 novembre 2019*

**Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE
A REPÚBLICA DO PERU E A REPÚBLICA PORTUGUESA
PARA A PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E DEVOLUÇÃO
DE BENS CULTURAIS, PALEONTOLÓGICOS, ARQUEOLÓGICOS,
ARTÍSTICOS E HISTÓRICOS, FURTADOS, ROUBADOS E ILCITAMENTE
EXPORTADOS OU TRANSFERIDOS**

A República do Peru e a República Portuguesa, doravante denominadas "Partes",
RECONHECENDO que o património cultural de cada Estado é único e deve ser
adequadamente protegido;

CONSCIENTES do grave prejuízo que o furto, o roubo e a exportação ilícita de
objetos culturais causam aos Estados, quer pela perda dos bens em si, quer pelos danos
que se infligem a sítios e jazidas arqueológicas e outros lugares de interesse histórico-
cultural;

ENFATIZANDO que a cooperação entre as Partes deverá contribuir para a
conservação e preservação do património cultural dos respectivos Estados;

RECONHECENDO a importância dos princípios e regras estabelecidos na Convenção
Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a
Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, adotada em Paris, em 14 de
novembro de 1970, e na Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e
Natural, adotada em Paris, em 16 de novembro de 1972;

CONVENCIDAS de que uma colaboração entre as Partes para a recuperação de bens
arqueológicos, paleontológicos, artísticos e culturais furtados, roubados ou ilicitamente
importados, exportados ou transferidos constitui um meio eficaz para fortalecer a
identidade de cada nação e para prevenir os graves danos que se infligem a sítios e
jazidas arqueológicos e paleontológicos e outros lugares de interesse histórico-cultural;

ANIMADAS pelo desejo de estabelecer procedimentos comuns que permitam a
proteção e conservação, e a recuperação dos referidos bens, nos casos em que estes
tenham sido furtados, roubados ou ilicitamente importados, exportados ou transferidos,

Acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente Acordo estabelece o regime jurídico aplicável entre as Partes em matéria de proteção, conservação, recuperação e devolução de bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos, furtados, roubados e ilicitamente exportados ou transferidos.

Artigo 2.º

Definição

Para efeitos do presente Acordo, entende-se por bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos:

- a) Objetos de arte e artefactos de culturas antigas das Partes incluindo elementos arquitetónicos, esculturas, peças de cerâmica, trabalhos em metal, têxteis, de pedra, bio-antropológicos e outros vestígios da atividade humana, completos ou fragmentos destes;
- b) Objetos paleontológicos classificados ou não classificados, pertencentes a coleções museológicas, científicas e procedentes de jazidas descobertas ou por descobrir;
- c) Bens relacionados com a história, incluindo a história das ciências e das técnicas, a história militar e a história social, assim como com a vida dos dirigentes, pensadores, sábios e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional;
- d) Os produtos das escavações arqueológicas, quer autorizadas, quer clandestinas, e das descobertas arqueológicas;
- e) Objetos de arte e elementos de culto religioso originários da época colonial e republicana que corresponda a cada país e fragmentos dos mesmos;
- f) Documentos e peças culturais provenientes dos museus e arquivos oficiais dos dois Estados, de acordo com o Direito interno de cada um, que sejam propriedade destes ou das organizações religiosas em nome das quais uma Parte pode agir, com uma antiguidade superior a cem anos;

- g) Bens de interesse artístico, como quadros, pinturas e desenhos, obras originais de arte estatutuária e de escultura, gravuras, estampados e litografias originais, conjuntos e montagens artísticas originais;
- h) Manuscritos raros e incunábulos, livros, documentos e publicações de interesse histórico, artístico, científico ou literário, sejam soltos ou em coleções;
- i) Selos de correio, selos fiscais e objetos análogos, moedas, inscrições e selos gravados, sejam soltos ou em coleções;
- j) Material etnográfico, fonográfico, fotográfico e cinematográfico;
- k) Móveis e mobiliário, equipamentos e instrumentos de trabalho, incluindo instrumentos de música, de interesse histórico e cultural que tenham mais de cem anos;
- l) O património cultural subaquático.

Artigo 3º

Ações de cooperação

1. Por pedido expresso, sob forma escrita, de uma das Partes, a outra usa os meios legais ao seu alcance para procurar recuperar e devolver, a partir do seu território, os bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos que tiverem sido furtados, roubados ou ilicitamente exportados ou transferidos do território da Parte requerente, em conformidade com o seu Direito interno e o Direito Internacional vigente, incluindo o presente Acordo.
2. Os pedidos de recuperação e devolução de bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos específicos formalizam-se pelos canais diplomáticos.

Artigo 4º

Controlo de importação de bens

1. As Partes impedem a entrada, nos seus respetivos territórios, de bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos não acompanhados da devida autorização de exportação, expedida pela autoridade cultural competente de cada Parte.

2. Os bens não acompanhados desta autorização são apreendidos pelas autoridades competentes de cada Parte, sejam estas policiais ou aduaneiras, e este facto será comunicado à outra Parte, mediante os canais diplomáticos estabelecidos.

Artigo 5º

Autoridades competentes

As autoridades competentes em matéria cultural responsáveis, em cada Parte, pela aplicação e seguimento do presente Acordo são:

- a) Pela República Portuguesa: Secretário da Estado da Cultura;
- b) Pela República do Peru: Ministério de Cultura.

Artigo 6º

Língua

Cada Parte transmite à outra Parte os pedidos na sua língua oficial acompanhados de uma tradução na língua oficial da Parte requerida.

Artigo 7º

Medidas de informação

1. Cada Parte deve informar a outra dos furtos e roubos de bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos, de que tenha conhecimento, assim como da metodologia empregue, quando exista razão para crer que os ditos objetos serão provavelmente introduzidos ilicitamente no comércio internacional.

2. Com esse propósito, e com base na investigação policial para tal efeito, deverá apresentar-se à outra Parte suficiente informação descritiva que permita identificar os objetos assim como quem alegadamente tenha participado no furto, roubo ou na venda, importação ou exportação ilícitas ou em condutas delituosas conexas, assim como esclarecer o possível "modus operandi" empregue.

3. As Partes difundem, igualmente, entre as suas respectivas autoridades aduaneiras e policiais em portos, aeroportos e fronteiras, informação relativa aos bens culturais que tenham sido matéria de furto, roubo e tráfico ilícito, com o fim de facilitar a sua identificação e a aplicação das medidas cautelares e coercivas correspondentes.

4. As Partes comprometem-se a realizar a devida formação técnica, especializada ou ambas, na identificação de bens pertencentes ao património cultural de cada Parte, mediante seminários, conferências e estadias temporárias de especialistas de cada Parte.

Artigo 8º

Isenção de tributação

As Partes isentam de direitos aduaneiros e demais impostos os bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos ou históricos que sejam recuperados e devolvidos em aplicação do disposto no presente Acordo.

Artigo 9º

Despesas

As despesas feitas com a recuperação e a devolução dos bens culturais, paleontológicos, arqueológicos, artísticos ou históricos, em virtude da aplicação do presente Acordo, são suportadas pela Parte que beneficia da recuperação e da devolução desses bens.

Artigo 10º
Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação, por via diplomática.

Artigo 11º
Revisão

1. O presente Acordo pode ser objeto de revisão a pedido de qualquer das Partes.
2. As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 13º do presente Acordo.

Artigo 12º
Vigência e denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de tempo ilimitado.
2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo, mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática.
3. O presente Acordo cessa a sua vigência um ano após a data da receção da respetiva notificação.

Artigo 13º
Entrada em vigor

O presente Acordo entra em vigor trinta dias após a receção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para o efeito.

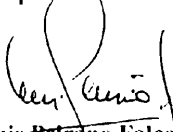
Artigo 14º

Registo

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado, submetê-lo-á, no mais breve prazo possível após a sua entrada em vigor, para registo junto do Secretariado das Nações Unidas, nos termos do artigo 102º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registo atribuído.

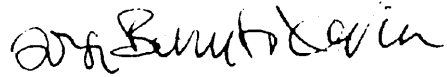
Assinado em Lisboa, a 19 de novembro de 2012, em dois originais, nas línguas castelhana e portuguesa, fazendo ambos igualmente fé.

Pela
República do Peru



Luis Petráno Falconi
Ministro da Cultura
da República do Peru

Pela
República Portuguesa



Dr. Jorge Barreto Xavier
Secretário de Estado da Cultura
da República Portuguesa

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO ENTRE
LA REPÚBLICA DEL PERÚ Y LA REPÚBLICA PORTUGUESA
PARA LA PROTECCIÓN, CONSERVACIÓN, RECUPERACIÓN Y
DEVOLUCIÓN DE BIENES CULTURALES, PALEONTOLÓGICOS,
ARQUEOLÓGICOS, ARTÍSTICOS E HISTÓRICOS, HURTADOS, ROBADOS
E ILCITAMENTE EXPORTADOS O TRANSFERIDOS**

La República del Perú y la República Portuguesa, en adelante llamadas “Partes”,

RECONOCIENDO que el patrimonio cultural de cada Estado es único y debe ser adecuadamente protegido;

CONCIENTES del grave perjuicio que el hurto, el robo y la exportación ilícita de objetos culturales causan a los Estados, ya sea por la pérdida de los bienes en sí mismos, o por los daños que se infligen a sitios y yacimientos arqueológicos y otros locales de interés histórico-cultural;

RESALTANDO que la cooperación entre las Partes deberá contribuir para la conservación y preservación del patrimonio cultural de los respectivos Estados;

RECONOCIENDO la importancia de los principios y reglas establecidos en la Convención Relativa a las Medidas a Adoptar Para Prohibir e Impedir la Importación, Exportación y Transferencia Ilícitas de la Propiedad de Bienes Culturales, adoptada en París el 14 de Noviembre de 1970, y en la Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural Y Natural, adoptada en París, el 16 de Noviembre de 1972;

CONVENCIDAS de que una colaboración entre las Partes, para la recuperación de bienes arqueológicos, paleontológicos, artísticos y culturales hurtados, robados o ilícitamente importados, exportados o transferidos, constituye un medio eficaz para fortalecer la identidad de cada nación y para prevenir los graves daños que se infligen a sitios y yacimientos arqueológicos y paleontológicos y otros locales de interés histórico cultural;

ANIMADAS por el deseo de establecer procedimientos comunes que permitan la protección y conservación, y la recuperación de los referidos bienes, en los casos en que estos hayan sido hurtados, robados o ilícitamente importados, exportados o transferidos,

Acuerdan lo siguiente:

Artículo 1

Objeto

El presente Acuerdo establece el régimen jurídico aplicable entre las Partes en materia de protección, conservación, recuperación y devolución de bienes culturales, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos, hurtados, robados e ilícitamente exportados o transferidos.

Artículo 2

Definición

Para efectos del presente Acuerdo, se entiende por bienes culturales, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos:

- a) Objetos de arte y artefactos de las culturas antiguas de las Partes incluyendo elementos arquitectónicos, esculturas, piezas de cerámica, trabajos en metal, textiles, de piedra, bio-anropológicos y otros vestigios de la actividad humana, completos o fragmentos de estos;
- b) Objetos paleontológicos clasificados o no clasificados, pertenecientes a colecciones museológicas, científicas y procedentes de yacimientos descubiertos o por descubrir;
- c) Bienes relacionados con la historia, incluyendo la historia de las ciencias y de las técnicas, la historia militar y la historia social, así como con la vida de los dirigentes, pensadores, sabios y artistas nacionales y con los acontecimientos de importancia nacional;
- d) Los productos de las excavaciones arqueológicas, autorizadas o clandestinas y de los descubrimientos arqueológicos;
- e) Objetos de arte y elementos de culto religioso originarios de la época colonial y republicana que corresponda a cada país y fragmentos de los mismos;

- f) Documentos y piezas culturales provenientes de los museos y archivos oficiales de los dos Estados, de acuerdo con el Derecho Interno de cada uno, que sean propiedad de estos o de las organizaciones religiosas en nombre de las cuales una Parte puede actuar, con una antigüedad superior a cien años;
- g) Bienes de interés artístico, como cuadros, pinturas y dibujos, obras originales de arte estatuario y de escultura, grabados, estampados y litografías originales, conjuntos y montajes artísticas originales;
- h) Manuscritos raros e incunables, libros, documentos y publicaciones de interés histórico, artístico, científico o literario, sean sueltos o en colecciones;
- i) Estampillas de correo, estampillas fiscales y objetos análogos, monedas, inscripciones y estampillas grabadas, estén sueltos o en colecciones;
- j) Material etnográfico, fonográfico, fotográfico y cinematográfico;
- k) Muebles, equipos e instrumentos de trabajo, incluyendo instrumentos de música, de interés histórico y cultural que tengan más de cien años;
- l) El patrimonio cultural subacuático.

Artículo 3

Acciones de cooperación

1. Por pedido expreso, bajo forma escrita de una de las Partes, la otra emplea los medios legales a su alcance para procurar recuperar y devolver, desde su territorio, los bienes culturales, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos que hubieran sido hurtados, robados o ilícitamente exportados o transferidos del territorio de la Parte requirente, en conformidad con su Derecho Interno y el Derecho Internacional vigente, incluyendo el presente Acuerdo.
2. Los pedidos de recuperación y devolución de bienes culturales, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos específicos se concretan por los canales diplomáticos.

Artículo 4

Control de importación de bienes

1. Las Partes impiden la entrada, en sus respectivos territorios, de bienes culturales, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos no acompañados de la debida autorización de exportación, expedida por la autoridad cultural competente de cada Parte.
2. Los bienes no acompañados de esta autorización son incautados por las autoridades competentes de cada Parte, sean ellas policiales o aduaneras, y este hecho será comunicado a la otra Parte mediante los canales diplomáticos respectivos.

Artículo 5

Autoridades competentes

Las autoridades competentes en materia cultural responsables por cada Parte de la aplicación y seguimiento del presente Acuerdo son:

- a) Por la República Portuguesa: *Secretário de Estado da Cultura*;
- b) Por la República del Perú: Ministerio de Cultura.

Artículo 6

Idioma

Cada Parte transmite a la otra Parte los pedidos en su idioma oficial acompañados de una traducción en la lengua oficial de la Parte requerida.

Artículo 7

Medidas de información

1. Cada Parte debe informar a la otra de los hurtos y robos de bienes culturales, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos de que tenga conocimiento, así como de la metodología utilizada, cuando exista razón para creer que los mencionados objetos serán probablemente introducidos en el comercio internacional.

2. Con ese propósito, y con base en la investigación policial realizada para tal efecto, deberá presentarse a la otra Parte suficiente información descriptiva que permita identificar los objetos así como a quienes presuntamente hayan participado en el hurto, robo o venta, importación o exportación ilícitas o en conductas delictivas conexas, así como esclarecer el posible “modus operandi” empleado.
3. Las Partes dan a conocer, igualmente, entre sus respectivas autoridades aduaneras y policiales en puertos, aeropuertos y fronteras, información sobre los bienes culturales que también hayan sido materia de hurto, robo y tráfico ilícito, con el fin de facilitar su identificación y la aplicación de las medidas cautelares y coercitivas correspondientes.
4. Las Partes se comprometen a realizar la debida formación técnica, especializada o ambas, en la identificación de bienes pertenecientes al patrimonio cultural de cada Parte, mediante seminarios, conferencias y estadias temporales de especialistas de cada Parte.

Artículo 8

Exención de tributación

Las Partes exoneran de derechos aduaneros y demás impuestos a los bienes culturales, paleontológicos, arqueológicos, artísticos e históricos que sean recuperados y devueltos en aplicación de lo dispuesto en el presente Acuerdo.

Artículo 9

Gastos

Los gastos efectuados para la recuperación y devolución de los bienes culturales, paleontológicos, arqueológicos, artísticos o históricos, en virtud de la aplicación del presente Acuerdo, son asumidos por la Parte que se beneficia de la recuperación y de la devolución de esos bienes.

Artículo 10

Solución de controversias

Cualquier controversia relacionada con la interpretación o la aplicación del presente Acuerdo será solucionada a través de negociación, por vía diplomática.

Artículo 11

Revisión

1. El presente Acuerdo puede ser objeto de revisión a pedido de cualquiera de las Partes.
2. Las correcciones entrarán en vigencia en los términos previstos en el artículo 13 del presente Acuerdo.

Artículo 12

Vigencia y denuncia

1. El presente Acuerdo permanecerá en vigencia por un período de tiempo ilimitado.
2. Cualquiera de las Partes podrá, en cualquier momento, denunciar el presente Acuerdo, mediante notificación previa, por escrito y por vía diplomática.
3. La vigencia del presente Acuerdo termina un año después de la fecha de recepción de la respectiva notificación.

Artículo 13

Entrada en vigencia

El presente Acuerdo entra en vigencia treinta días después de la recepción de la última notificación, por escrito y por vía diplomática, de que fueron cumplidos los requisitos de Derecho Interno de las Partes necesarios para el efecto.

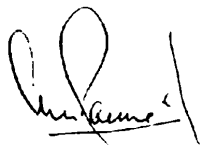
Artículo 14

Registro

La Parte en cuyo territorio sea firmado el presente Acuerdo, lo someterá, en el más breve plazo posible después de su entrada en vigencia, a registro ante el Secretariado de Naciones Unidas, en los términos del artículo 102 de la Carta de Naciones Unidas, debiendo, igualmente, notificar a la otra Parte de la conclusión de este procedimiento e indicar el número de registro atribuido.


Firmado en Lisboa, el 19 de noviembre de 2012, en dos originales, en las lenguas portuguesa y castellana, siendo ambos igualmente válidos.

Por la
República del Perú



Luis Peirano Falconi
Ministro de Cultura
de la República del Perú

Por la
República Portuguesa



Dr. Jorge Barreto Xavier
Secretario de Estado de Cultura
de la República Portuguesa

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE REPUBLIC OF PERU AND THE PORTUGUESE
REPUBLIC FOR THE PROTECTION, CONSERVATION, RECOVERY AND
RETURN OF STOLEN AND ILLICITLY EXPORTED OR TRANSFERRED
CULTURAL, PALAEOANTHROLOGICAL, ARCHAEOLOGICAL, ARTISTIC AND
HISTORICAL PROPERTY

The Republic of Peru and the Portuguese Republic, hereinafter “the Parties”,

Recognizing that the cultural heritage of each State is unique and must be adequately protected;

Bearing in mind the serious harm to States resulting from the theft and illicit export of cultural objects, both in terms of the loss of the cultural property in and of itself and in terms of the damage to archaeological areas and sites and other places of cultural and historical interest;

Emphasizing that cooperation between the Parties must contribute to the conservation and preservation of the cultural heritage of the respective States;

Recognizing the importance of the principles and norms established in the Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property, adopted in Paris on 14 November 1970, and the Convention for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, adopted in Paris on 16 November 1972;

Convinced that cooperation between the two Parties for the recovery of archaeological, palaeontological, artistic, historical and cultural goods that have been stolen or illicitly imported, exported or transferred constitutes an effective means for strengthening each nation’s identity and preventing serious harm to archaeological and palaeontological areas and sites and other places of cultural and historical interest;

Motivated by the desire to establish common procedures for the protection, conservation, and recovery of such property where it has been stolen or illicitly exported or transferred,

Have agreed on the following:

Article 1. Purpose

This Agreement establishes the legal regime applicable as between the Parties to the protection, preservation, recovery and return of stolen and illicitly exported and transferred cultural, palaeontological, archaeological, artistic, and historical property.

Article 2. Definitions

For the purposes of this Agreement, cultural, palaeontological, archaeological, artistic, historical property means:

(a) Art objects and elements from the ancient cultures of the Parties, including architectonic elements, sculpture, ceramics, metalwork, textiles, stone, bio-anthropological and other vestiges of human activity, or fragments thereof,

- (b) Classified or unclassified palaeontological objects belonging to museum and scientific collections and obtained from known sites or sites that may be discovered in future;
- (c) Property relating to the history of the Parties, including the history of science and technology, military history, social history, and the lives of national leaders, thinkers, scholars and artist, and to events of national importance;
- (d) Products of archaeological excavations, whether authorized or clandestine, or of archaeological discoveries;
- (e) Art objects and religious pieces from the colonial and republican eras of the Parties, or fragments thereof;
- (f) Documents and cultural items from museums and official archives of the two States that, in accordance with the laws of each Party, are the property of those institutions or of religious organizations on whose behalf each Party is empowered to act, and that are more than 100 years old;
- (g) Property of artistic interest such as pictures, paintings and drawings; original works of statuary art and sculpture; original engravings, prints and lithographs; and original artistic assemblages and montages;
- (h) Rare manuscripts and incunabula; books, documents and publications of historical, artistic, scientific or literary interest, singly or in collections;
- (i) Postage, revenue and similar stamps; and coins, inscriptions and engraved seals, singly or in collections;
- (j) Ethnographic, phonographic, photographic and cinematographic materials;
- (k) Furniture and work equipment and implements, including musical instruments of historical and cultural interest, that are more than one hundred years old;
- (l) Underwater cultural heritage.

Article 3. Cooperation activities

1. At the express request in writing by one of the Parties, the other Party shall use the legal means at its disposal to recover and return from its territory cultural, palaeontological, archaeological, artistic, historical property that has been stolen or illicitly imported, exported, or transferred from the territory of the requesting Party, in accordance with its domestic legislation and the international law in force, including this Agreement.

2. Requests for the recovery and return of specific cultural, palaeontological , archaeological, artistic and historical property shall be submitted through the diplomatic channel.

Article 4. Import controls

1. The Parties shall prevent the entry into their respective territories of cultural, palaeontological , archaeological, artistic and historical property that is not accompanied by the necessary export licence issued by the competent cultural authorities of each Party.

2. Goods not accompanied by the required licence shall be seized by the competent authorities of each Party, whether police or customs, and this fact shall be communicated to the other Party through the diplomatic channel.

Article 5. Competent authorities

The competent authorities of the Parties responsible for the implementation and monitoring of this Agreement shall be:

- (a) For the Portuguese Republic: the Secretary of State for Culture;
- (b) For the Republic of Peru: the Ministry of Culture.

Article 6. Language

Each Party shall transmit its requests to the other Party in its official language together with a translation into the official language of the requested Party.

Article 7. Information measures

1. Each Party shall inform the other of thefts of cultural, palaeontological, archaeological, artistic, and historical properties of which it has knowledge, and of the method used, when it has reason to believe that the stolen objects are likely to be introduced into international trade.

2. To that end, and based on a police investigation into the matter, sufficient descriptive information shall be submitted to the requested Party to make it possible to identify the property and the persons who have participated in its theft, sale, illicit import or export, or associated criminal behaviour, and to establish the operational methods used by the criminals.

3. The Parties shall disseminate to their respective customs and police authorities at ports, airports and border points, information relating to cultural property that has been stolen or has become the subject of illicit trafficking, so as to facilitate the identification of such property and the taking of appropriate preventive and punitive measures.

4. The Parties undertake to conduct appropriate technical or specialized training, or both, relating to the identification of property forming part of the cultural heritage of each Party, through seminars, lectures, and short-term secondments for specialists of both Parties.

Article 8. Taxation

The Parties shall exempt from customs duties and any other taxes on cultural, palaeontological, archaeological, artistic, and historical property that is recovered and returned pursuant to the provisions of this Agreement.

Article 9. Expenses

Expenses incurred for the recovery and return of cultural, palaeontological, archaeological, artistic, and historical property pursuant to this Agreement shall be borne by the Party benefiting from the recovery and return of the property.

Article 10. Settlement of disputes

Any dispute arising over the interpretation or implementation of this Agreement shall be settled by negotiation through the diplomatic channel.

Article 11. Amendment

1. This Agreement may be amended at the request of either of the Parties.
2. Amendments shall enter into force in accordance with the provisions of article 13 of this Agreement.

Article 12. Duration and denunciation

1. This Agreement shall remain in force for an unlimited period.
2. Either of the Parties may denounce this Agreement at any time by giving advance notice in writing through the diplomatic channel.
3. This Agreement shall cease to have effect one year after the receipt of the relevant notification.

Article 13. Entry into force

This Agreement shall enter into force 30 days after receipt of the last notification in writing and through the diplomatic channel that the domestic legal requirements of the Parties in the matter have been met.

Article 14. Registration

The Party in whose territory this Agreement is signed shall submit it as soon as possible following its entry into force to the United Nations Secretariat for registration, in accordance with the provisions of Article 102 of the Charter of the United Nations, and shall also notify the other Party of the completion of this procedure and indicate the registration number that has been assigned.

SIGNED at Lisbon, on 19 November 2012, in two originals, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Republic of Peru:

LUIS PEIRANO FALCONÍ

Minister of Culture of the Republic of Peru

For the Portuguese Republic:

Dr. Jorge barreto xavier

Secretary of State for Culture of the Portuguese Republic

ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE POUR LA PROTECTION, LA CONSERVATION, LA RESTITUTION ET LE RETOUR DES BIENS CULTURELS, PALÉONTOLOGIQUES, ARCHÉOLOGIQUES, ARTISTIQUES ET HISTORIQUES AYANT FAIT L'OBJET DE VOL ET DE L'EXPORTATION OU TRANSFERT ILLICITES

La République du Pérou et la République portugaise, ci-après dénommées les « Parties »,

Conscientes que le patrimoine culturel de chaque État est unique et doit disposer d'une protection adéquate ;

Conscientes du grave préjudice que le vol et l'exportation illicite de biens culturels représentent pour les États, tant par la perte de ces biens culturels que par les dommages causés aux zones et sites archéologiques ainsi qu'aux autres lieux présentant un intérêt culturel et historique ;

Soulignant que la coopération entre les Parties doit contribuer à la conservation et à la préservation du patrimoine culturel de leurs États respectifs ;

Reconnaissant l'importance des principes et normes établis dans la Convention concernant les mesures à prendre pour interdire et empêcher l'importation, l'exportation et le transfert de propriété illicites des biens culturels, adoptée à Paris le 14 novembre 1970, et de la Convention pour la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, adoptée à Paris le 16 novembre 1972 ;

Convaincues que la coopération entre les deux Parties pour restituer des biens archéologiques, paléontologiques, artistiques, historiques et culturels volés ou ayant fait l'objet d'une importation, d'une exportation ou d'un transfert illicite constitue un moyen efficace pour renforcer l'identité de chaque nation et prévenir les dégâts importants causés aux zones et sites archéologiques et paléontologiques ainsi qu'aux autres lieux présentant un intérêt culturel et historique ;

Désireuses d'instituer des procédures communes pour la protection, la conservation et la restitution de ces biens lorsqu'ils ont été volés ou qu'ils ont fait l'objet d'une exportation ou d'un transfert illicites ;

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier. Objet

Le présent Accord établit le régime juridique applicable entre les Parties pour la protection, la préservation, la restitution et le retour des biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques volés et ayant fait l'objet d'une exportation ou d'un transfert illicites.

Article 2. Définitions

Aux fins du présent Accord, le terme « biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques » désigne :

- a) les objets d'art et les éléments provenant des cultures anciennes des Parties, y compris les objets architectoniques, les sculptures, les céramiques, les objets métalliques, les textiles, les objets en pierre, les vestiges bioanthropologiques et d'autres vestiges de l'activité humaine, ou des fragments de ceux-ci ;
- b) les objets paléontologiques, classés ou non, appartenant à des collections scientifiques et de musée, et provenant de sites connus ou susceptibles d'être découverts à l'avenir ;
- c) les biens liés à l'histoire des Parties, en rapport avec l'histoire des sciences et des techniques, l'histoire militaire, l'histoire sociale, ainsi qu'avec la vie des dirigeants, des penseurs, des scientifiques et des artistes et avec les événements d'importance nationale ;
- d) le produit des excavations archéologiques, régulières ou clandestines, ou des découvertes archéologiques ;
- e) les objets d'art et religieux des époques coloniale et républicaine des Parties ou des fragments de ces objets ;
- f) les documents et objets culturels provenant de musées et d'archives officielles des deux États qui, conformément à la législation de chacune des Parties, sont la propriété des institutions ou organisations religieuses au nom desquelles chaque Partie est habilitée à agir, et qui ont plus de 100 ans ;
- g) les objets présentant un intérêt artistique tels que les tableaux, les peintures et les dessins, les productions originales de l'art statuaire et de la sculpture, les gravures, estampes et lithographies originales, les assemblages et montages artistiques originaux ;
- h) les manuscrits rares et incunables, les livres, documents et publications anciens présentant un intérêt historique, artistique, scientifique ou littéraire, en numéros isolés ou en collection ;
- i) les timbres-poste, timbres fiscaux et timbres analogues, les pièces de monnaie, inscriptions et sceaux gravés, isolés ou en collection ;
- j) les éléments ethnographiques, phonographiques, photographiques et cinématographiques ;
- k) les meubles et le matériel et les instruments de travail, y compris les instruments de musique qui présentent un intérêt historique et culturel et qui ont plus de 100 ans d'âge ;
- l) le patrimoine culturel subaquatique.

Article 3. Activités de coopération

1. À la demande expresse écrite de l'une des Parties, l'autre Partie fait usage des moyens légaux dont elle dispose afin de récupérer et de restituer les biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques se trouvant sur son territoire, qui ont été volés ou qui ont fait l'objet d'une exportation ou d'un transfert illicites du territoire de la Partie requérante, conformément à sa législation interne, au droit international en vigueur et au présent Accord.

2. Les demandes de restitution et de retour de biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques spécifiques sont adressées par la voie diplomatique.

Article 4. Contrôle à l'importation

1. Les Parties empêchent l'entrée sur leurs territoires respectifs de biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques qui ne sont pas accompagnés de la licence d'exportation nécessaire délivrée par les autorités culturelles compétentes de chaque Partie.

2. Les biens qui ne sont pas accompagnés de la licence requise sont saisis par les autorités compétentes de chaque Partie, soit la police soit les autorités douanières, et chaque Partie en informe l'autre par la voie diplomatique.

Article 5. Autorités compétentes

Les autorités compétentes des Parties chargées de la mise en œuvre et du suivi du présent Accord sont les suivantes :

- a) pour la République portugaise : le Secrétaire d'État à la culture ;
- b) pour la République du Pérou : le Ministère de la culture.

Article 6. Langue

Chaque Partie transmet ses demandes à l'autre Partie dans sa langue officielle, et celles-ci sont accompagnées d'une traduction dans la langue officielle de la Partie requise.

Article 7. Mesures concernant les informations

1. Chaque Partie informe l'autre des vols de biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques dont elle a connaissance, et de la méthode utilisée, lorsqu'elle a de bonnes raisons de croire que les objets volés sont susceptibles d'être commercialisés à l'échelle internationale.

2. À cette fin, et sur la base d'une enquête de police menée dans ce contexte, des informations descriptives suffisantes sont soumises à la Partie requise afin de recenser les biens volés et d'identifier les personnes qui ont participé à leur vol, leur vente, ou leur importation ou exportation illicite, ou qui ont adopté des comportements délictueux y afférent, et de déterminer le mode opérationnel utilisé par ces criminels.

3. Les Parties diffusent auprès de leurs autorités douanières et policières respectives dans les ports, aéroports et postes de contrôle frontaliers, les informations relatives aux biens culturels volés ou qui ont fait l'objet d'un trafic illicite, afin de faciliter le recensement de ces biens et l'adoption de mesures préventives et punitives appropriées.

4. Les Parties s'engagent à dispenser une formation technique ou spécialisée appropriée, ou les deux, concernant le recensement des biens faisant partie du patrimoine culturel de chaque Partie, au moyen de séminaires, de conférences et de détachements de courte durée de spécialistes des deux Parties.

Article 8. Imposition

Les Parties exonèrent de tout droit de douane et autre taxe, les biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques qui sont récupérés et restitués conformément aux dispositions du présent Accord.

Article 9. Frais

Les frais engagés pour la récupération et la restitution des biens culturels, paléontologiques, archéologiques, artistiques et historiques au titre du présent Accord sont à la charge de la Partie qui bénéficie de la récupération et de la restitution des biens.

Article 10. Règlement des différends

Tout différend découlant de l'interprétation ou de l'application du présent Accord est réglé au moyen de négociations, par la voie diplomatique.

Article 11. Modification

1. Le présent Accord peut être modifié à la demande de l'une des Parties.
2. La modification prend effet conformément aux dispositions de l'article 13 du présent Accord.

Article 12. Durée et dénonciation

1. Le présent Accord est conclu pour une période indéterminée.
2. Chaque Partie peut à tout moment dénoncer le présent Accord au moyen d'une notification préalable, transmise par écrit et par la voie diplomatique.
3. Le présent Accord cesse de produire ses effets un an après la date de réception de ladite notification.

Article 13. Entrée en vigueur

Le présent Accord entre en vigueur trente jours après la réception de la dernière notification écrite, transmise par la voie diplomatique, par laquelle les Parties s'informent de l'accomplissement des formalités de leur législation interne nécessaires à cet effet.

Article 14. Enregistrement

La Partie sur le territoire de laquelle le présent Accord est signé le soumet, le plus tôt possible après son entrée en vigueur, au Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies pour enregistrement, conformément aux dispositions de l'Article 102 de la Charte des Nations Unies, et informe également l'autre Partie de l'accomplissement de cette procédure et du numéro d'enregistrement attribué.

SIGNÉ à Lisbonne le 19 novembre 2012 en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour la République du Pérou :
LUIS PEIRANO FALCONÍ
Ministre de la culture de la République du Pérou

Pour la République portugaise :
DR JORGE BARRETO XAVIER
Secrétaire d'État à la culture de la République portugaise